

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL N° 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

GERALDO PAULINO SILVA

UM ESTUDO SOBRE A INTOLERÂNCIA NA ESCOLA ESTADUAL
FELISBERTO ALVES CARRIJO (Uberlândia, 2000–2007)

Uberlândia

2008

GERALDO PAULINO SILVA

UM ESTUDO SOBRE A INTOLERÂNCIA NA ESCOLA ESTADUAL
FELISBERTO ALVES CARRIJO (Uberlândia, 2000–2007)

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em História, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em História, sob a orientação da Prof^a. MSc. Sandra Alves Fiuza.

Uberlândia

2008

UM ESTUDO SOBRE A INTOLERÂNCIA NA ESCOLA ESTADUAL
FELISBERTO ALVES CARREJO (Uberlândia, 2000–2007)

Geraldo Paulino Silva

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em História, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em História, sob a orientação da Prof^a. MSc. Sandra Alves Fiuza.

Uberlândia, 17 de Dezembro de 2008.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. MSc. Sandra Alves Fiuza (UFU) - Orientadora

Prof^a. MSc Kátia Eliane Barbosa (UEG)

Prof^a. MSc. Nádia Cristina Ribeiro (PMU)

À minha esposa Sandra Cristina Santos Paulino, que foi a maior incentivadora desse meu desafio de enfrentar novamente os bancos de escola na busca da realização de um sonho.

Ao meu filho Samuel Santos Paulino, que compreende hoje os motivos da minha ausência parcial durante um período de nossas vidas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, a quem devoto minha fé quase inexpressiva, mas latente, como a luz que não se apaga.

Aos meus pais Ileni Paulino da Silva e Maria de Lourdes Lemes de quem me orgulho de ser filho, pela formação pessoal e pelos exemplos de perseverança, que me dão forças para enfrentar os desafios.

Aos meus irmãos João Eustáquio da Silva, Aida Maria Silva de Souza, Elmiro Paulino Silva, José Roberto da Silva, Leila Maria da Silva e Jailson José da Silva, meus ombros amigos para os momentos de alegria e de dificuldades.

Às minhas queridas sogras-mães, Severina Henrique Soares e Marlene Soares Henrique a quem devo dentre outras coisas, a oportunidade de conhecer a minha alma gêmea Sandra.

Aos meus demais familiares e amigos que sempre me deram incentivo para continuar na minha jornada rumo à tão sonhada graduação em História.

Agradeço de maneira especial à Prof^a MSc. Sandra Alves Fiúza, minha orientadora que de forma brilhante e com paciência invejável conseguiu me trazer para o caminho da pesquisa científica, tornando possível a elaboração deste trabalho.

À Prof^a MSc. Kátia Eliane Barbosa e à Prof^a MSc. Nádia Cristina Ribeiro, componentes da Banca Examinadora que, com suas observações pontuais, contribuíram sobremaneira para que a apresentação final deste trabalho pudesse alcançar os objetivos propostos.

Ontem um menino que brincava me falou
que hoje é semente do amanhã...
Para não ter medo que este tempo vai passar...
Não se desespere não, nem pare de sonhar
Nunca se entregue, nasça sempre com as manhãs...
Deixe a luz do sol brilhar no céu do seu olhar
Fé na vida, fé no homem, fé no que virá!
Nós podemos tudo,
nós podemos mais
Vamos lá fazer o que será.

Gonzaguinha

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Entrada da Escola Estadual Felisberto Alves Carrejo	17
Figura 2 - Portão interno visto de fora	18
Figura 3 - Portão interno visto de dentro	18
Figura 4 - Pátio da escola	18
Figura 5 - Quadra de esportes	18

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - População do Bairro Lagoinha	20
Quadro 2 - Ocorrências policiais registradas	22
Quadro 3 - Ocorrências policiais registradas no Bairro Lagoinha	22
Quadro 4 - Tráfico de Drogas em Uberlândia e no Bairro Lagoinha	22
Quadro 5 - Aquisição de drogas p/ uso em Uberlândia e no b. Lagoinha ..	23
Quadro 6 - Crimes violentos em Uberlândia e no Bairro Lagoinha	23

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
 CAPÍTULO I - A Escola Estadual Felisberto Alves Carrejo e o bairro Lagoinha.....	 15
O espaço escolar e disciplinarização	15
O bairro Lagoinha e o estigma da violência	19
 CAPÍTULO II - As tensões entre escola e sociedade	 30
O Regimento escolar	33
O livro de ocorrências	36
 CAPÍTULO III - A escola pode ser uma comunidade tolerante?	 43
Projeto Político-Pedagógico e formação continuada	44
Algumas questões sobre o ensino de história	48
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 50
 REFERÊNCIAS	 54

INTRODUÇÃO

Em 2005, tive a oportunidade de me matricular em Oficina de Prática Pedagógica I, com a professora Jeanne Silva. A discussão proposta como eixo central era sobre Intolerância nos tempos e espaços históricos, dada sua complexidade e a necessária compreensão dessa temática, por parte dos futuros professores, no contexto da sala de aula.

Em 28 de outubro de 2007, numa manhã de domingo, ao ler o caderno CIDADE, tive contato meu primeiro contato com aquele que seria meu objeto de pesquisa. O destaque era “Escola vence luta contra violência”. Sob uma fotografia de crianças brincando, lia-se: “ALUNOS da Felisberto Carrejo, no Lagoinha, convivem com outra realidade no ambiente escolar”¹.

Naquele momento, senti que seria aquele o objeto de minha pesquisa para monografia. Não foi um súbito, já pretendia trabalhar com a temática da violência ou da intolerância, contudo, o espaço escolar pareceu-me perfeito para o que eu pretendia. Além disso, aquela matéria havia despertado em mim uma curiosidade sobre a realidade dos alunos da Escola Estadual Felisberto Alves Carrejo.

Minha profissão, Policial Militar, nos coloca muitas vezes frente a situações de conflito social que, com o passar do tempo pode nos levar a construir um conceito sobre que seja violência ou intolerância, tão somente sob a ótica do policial, do Estado. Entretanto, entendo ser de suma importância para o desenvolvimento da atividade policial, conhecer os meandros da convivência social para entender o surgimento de seus conflitos.

A partir de então, debruicei-me sobre esta pesquisa, contando com apoio da Escola e de minha Instituição que através do fornecimento de dados estatísticos, depoimentos e documentos, possibilitou-me concluir com êxito este trabalho.

Verifica-se hoje haver uma ação do Estado nas escolas, através da educação formal, dos projetos desenvolvidos pela instituição escolar, da

¹ CORREIO DE UBERLÂNDIA. Escola vence luta contra violência. In: Caderno CIDADE. 28 de Outubro de 2007.

preparação dos docentes, técnicos e auxiliares, com relação à vigilância² sobre as condutas dos discentes que afrontam aquilo que é determinado como regra no espaço escolar. (FOUCAULT 1977)

Entretanto, é possível perceber que a escola sozinha não dá conta dessa tarefa, trazendo, não raras vezes, para o seu espaço a presença real de policiamento externo. Além das atividades desenvolvidas pela própria escola, palestras voltadas para prevenção e repressão às práticas delituosas são constantemente organizadas. Ainda assim, tais ações não têm sido suficiente para garantir um convívio harmonioso no relacionamento social dentro das instituições de ensino. Em algumas escolas impera o medo entre técnicos, alunos e mestres.

Os casos de intolerância transitam desde desapego aos valores morais e éticos, apatia em relação ao ensino e até ofensas verbais aos professores, chegando, em alguns casos, a acontecer agressões e lesões. A escola parece ter se tornado um lugar em que o aluno extravasa seus problemas trazidos do seu cotidiano, transferindo aos colegas de convívio escolar, suas insatisfações e experiências negativas vividas na família ou na sua comunidade.

A juventude parece estar sem lugar no tempo e no espaço. O que parece é que o adolescente não tem conseguido entender o seu papel na sociedade; não tem conseguido enxergar perspectiva que torne sua vida mais interessante e que possa lhe garantir uma inclusão, uma identidade no grupo. Necessário se faz que acreditemos e que os façamos crer que o menino de hoje é a “semente do amanhã”, como bem disse Gonzaguinha.

Assim, surgiu a necessidade de buscar respostas a algumas questões como: Porque a escola não consegue dar conta de sua tarefa na formação da pessoa, cultuando valores que indiquem o convívio social de respeito ao outro? O adolescente desvaloriza a escola como espaço de crescimento e de formação para o futuro? Será que o imediatismo contemporâneo, aliado ao consumismo (hedonismo) e a forma indiscriminada com que a propaganda é lançada às pessoas, têm contribuído para a

²² FOUCAULT, Michel. *In: Vigiar e Punir: Os Recursos para o Bom Adestramento*. Petrópolis:Vozes. 1977, p.148-154.

intolerância no campo da educação, à medida que nem todos têm acesso ao seu sonho, mesmo freqüentando a escola?

Essa juventude tem buscado formas de resistências em relação à ditadura do mercado, ou têm se submetido a ela? A desvalorização da escola, caso exista, seria fruto da falta de perspectiva do jovem em alcançar um futuro que lhe garanta a possibilidade de ter as coisas que deseja?

A família tem desenvolvido seu papel de principal instituição da sociedade na formação da pessoa? Quais valores morais e éticos têm sido cultuados?

O que a escola tem feito para minimizar as manifestações de intolerância? As punições previstas no Regimento Escolar têm sido aplicadas? Elas educam? Como o aluno se comporta em relação a essas punições?

A partir destas questões, me dediquei a investigar as manifestações de intolerância no espaço escolar, suas origens e seus atores, buscando compreender os motivos de tais manifestações e as possibilidades que a escola tem de ser um espaço de formação e convivência tolerante.

A Instituição eleita para o desenvolvimento da pesquisa foi a Escola Estadual Felisberto Alves Carrejo, hoje situada à Rua Quintino Bocaiúva nº 2801, no bairro Lagoinha nesta cidade.

A intolerância não se manifesta somente na escola e também não se trata de uma particularidade das crianças ou adolescentes. É uma manifestação humana que se dá em qualquer lugar onde há ausência de diálogo e de respeito à diferença.

Uma definição de intolerância:

s.f. Qualidade do que é intolerante; repugnância. / Em matéria política, religiosa, atitude odiosa, agressiva, a respeito daqueles de cuja opinião ou crença se diverge....(<http://pt.wikipedia.org>)

Não é suficiente para nossa análise tomar em nossa discussão uma definição superficial, piegas, de um conceito tão complexo. Portanto, buscamos então uma definição do conceito de intolerância que fosse mais abrangente para instrumentalizar o seu estudo na dinâmica do cotidiano da escola.

A intolerância pode se manifestar sob diferentes aspectos, podendo ser religiosa, racial, política ou étnica. Caracterizada como ausência de linguagem, conforme nos ensina Elie Wiesel, a intolerância é a expressão utilizada por quem não consegue mais se exprimir pela palavra, é ainda a linguagem da violência, que gera o ódio³.

A intolerância pode ser identificada em diferentes lugares e épocas, sob os mais diferentes aspectos. No integralismo, político e religioso; no fundamentalismo religioso e também no totalitarismo nazista. Entretanto, não podemos nos limitar a estas manifestações de intolerância. São formas de manifestação de intolerância, mas estas se encontram ancoradas por uma doutrina originária. A intolerância *“está situada aquém de qualquer doutrina”*.⁴ Com essa afirmação Umberto Eco nos ensina que não gostamos do que é diferente de nós, independente de quem seja esse *nós*, a diferença é a ignição da intolerância. A diferença pode ser religiosa, política, estética ou gastronômica, não importa.

Situada no início do ódio, a intolerância é Instrumento de humilhação, de desdém, de ridicularização, de negação do “Outro”. *“A intolerância mais perigosa é sempre aquela que, na ausência de qualquer doutrina, nasce dos impulsos elementares”*.⁵ A intolerância em relação ao outro, num primeiro momento é natural, tal qual se identifica na criança que tende a querer tudo que lhe agrada aos olhos. A tolerância é apreendida aos poucos, conforme se avança os relacionamentos sociais e o aprendizado sobre regras de convívio social. Havendo maior ou menor grau de aceitação, teremos maior ou menor grau de tolerância.

*A intolerância tem sua origem em uma predisposição comum a todos os humanos, a de impor suas próprias crenças, suas próprias convicções, desde que disponham, ao mesmo tempo, do poder de impor e da crença na legitimidade desse poder.*⁶

Esta idéia de *Paul Ricoeur* reafirma a condição humana de intolerância para com tudo e todos que são diferentes. O outro não é bem

³ WEISEL, Elie. Prefácio. In: **A Intolerância**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p.7.

⁴ ECO, Umberto. Definições Léxicas. In: **A intolerância**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 17.

⁵ Idem, p. 18.

⁶ RICOEUR, Paul. Etapa atual do pensamento sobre a intolerância. In: **A intolerância**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 20.

vindo; sua cultura, sua política, sua religião não são aceitas; são “de fora”. Essa característica de intolerância ensina-nos *Ricoeur*, passa a ter uma conotação de condenação pública, quando esse poder de não tolerar o “Outro” é exercido pelo Estado que professa sua própria visão do *bem* e do *mal*.

A prática da tolerância tem avançado ao longo dos tempos, em alguns aspectos, se manifestando principalmente na figura do Estado, através da igualdade promovida pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, que tem sido recepcionada em Cartas Magnas de vários países, dentre os quais, o Brasil. É a manifestação mais simples da tolerância, visto que se encontra amparada no aspecto positivo de diplomas legais. Quanto à intolerância em menor potencial MENUHIN escreve que,

*pode-se ser intolerante consigo mesmo, como o músico, quando não atinge a perfeição; às vezes o somos em relação aos que são desleais; em relação àqueles de quem esperávamos mais do que dão, [...] desde que haja um equilíbrio entre a desconfiança e a curiosidade, ainda são toleráveis*⁷.

É no cotidiano das pessoas que a intolerância se manifesta e, em alguns casos, a manifestação se resume apenas a pequenos protestos de indignação, sem a capacidade de “*despertar nossas sociedades de seu sono de indiferença*”.⁸

A intolerância, portanto, nem sempre está ligada à negação do Outro. Entretanto ela serve sempre a quem têm o maior poder de impor suas vontades, suas convicções em qualquer nível de poder. “*Não se trata, jamais, de um mero acidente de percurso: existe uma lógica da intolerância. Ela serve aos interesses que se julgam ameaçados.*”⁹ Aqui, podemos trazer à discussão a questão da negação do Outro. É necessário que se coloque o outro numa condição de “não-humano”, para que assim, negando-lhe a condição de igual, possa então ser eliminados, não com a morte necessariamente, mas com a negação da condição humana.

⁷ MENUHIN, Yehudi. Debate entre Elie Wiesel, Yehudi Menuhin e Jorge Semprun. In: **A intolerância**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 211

⁸ RICOEUR, Paul. Etapa atual do pensamento sobre a intolerância. In: **A intolerância**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 20.

⁹ HÉRITIER, Françoise. O eu, o Outro e a intolerância. In: **A intolerância**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 24.

A tolerância é um aprendizado lento e gradual. Tolerar seria, portanto, reconhecer que “*todos os humanos sem exceção são definidos como homens.*”¹⁰, ou como vemos em CARDOSO¹¹:

Tolerância, s.f. Atitude de reconhecimento, na teoria e na prática, do outro como outro e de respeito mútuo às diferenças;
- capacidade de diálogo, de compreensão e de respeito mútuo entre posições tolerantes com idéias e valores diferentes; - respeito aos direitos universais inalienáveis da pessoa humana; - reconhecimento da diversidade cultural, contrapondo-se à hegemonia de uma cultura que domina e marginaliza as outras; - resistência a tudo aquilo que provoca opressões e desigualdades sociais; - valorização da diversidade cultural a partir da consciência clara do valor da própria identidade e de seus limites; - capacidade de cooperação para alcançar objetivos comuns; - atitude de solidariedade entre indivíduos, grupos, povos, nações e, também dos seres humanos para com a natureza em geral.

¹⁰ Idem, p.27

¹¹ CARDOSO, Clodoaldo Meneguello. Tolerância e seus limites: um olhar latino-americano sobre diversidade e desigualdade. In: **Tolerância e seus limites**. São Paulo, UNESP. 2003, p.12.

CAPITULO I

A ESCOLA ESTADUAL FELISBERTO ALVES CARREJO E O BAIRRO LAGOINHA

O espaço escolar e disciplinarização

Para uma melhor compreensão de como se dá o cotidiano das crianças e adolescentes que fazem parte da Escola Estadual Felisberto Alves Carrejo, torna-se imprescindível situar a escola no bairro e na cidade de Uberlândia.

Com sua origem no Decreto 6688/1962, assinado pelo então governador José de Magalhães Pinto, a Escola Estadual Felisberto Alves Carrejo foi instalada em 06 de fevereiro do ano de 1962, levando este nome em homenagem ao fundador da cidade de Uberlândia.

Com uma pequena quantidade de alunos distribuídos em oito salas de aula, no espaço físico do “Lar Alfredo Júlio”, antiga Superintendência Regional de Ensino, na Avenida Paes Leme. Pouco tempo depois, aquele reduzido espaço não mais suportava a quantidade de alunos que ali se encontravam matriculados, sendo necessária mais uma vez a transferência para um espaço maior. Dessa vez, como espaço provisório, passou a ser utilizada parte da Escola Vocacional, atual Escola Estadual Américo Renê Gianetti.

No ano de 1963, a Escola Estadual Felisberto Alves Carrejo, ganhou sede própria, em um prédio doado pelo Sr. Nicomedes Alves dos Santos, localizado na rua Felisberto Alves Carrejo nº 1124. Aquele local ainda necessitava de ampliações para que pudesse atender com qualidade seu corpo docente, discentes e demais funcionários. Houve então mobilização de pais, alunos e professores no sentido de conseguir as reformas e ampliações

necessárias, tendo aquela comunidade escolar alcançado os objetivos e a Escola, que contava com mais de 1000 alunos, distribuídos em três turnos, e 31 professores, conquistou uma Biblioteca, Caixa Escolar, Clube Saúde de Leitura, Assistência Médica e Associação de Pais e Mestres.

Em 1985, a Escola foi instalada na sede onde ainda hoje se encontra. No ano de 2002, sob a direção da Sra Odeni de Souza Macedo, ocorreu um acidente na rede elétrica o que ocasionou um incêndio no prédio da Escola. A partir daí, uma incansável luta foi travada pela comunidade escolar para que fosse reerguida aquela instituição de ensino, dada sua importância para a comunidade do bairro Lagoinha. Naquela oportunidade a Escola foi também adaptada para receber alunos portadores de necessidades especiais, buscando maior conforto e qualidade de vida daqueles que faziam parte daquela comunidade.

Contando com um número reduzido de alunos, iniciou-se uma nova luta, a de permanecer viva a Escola Estadual Felisberto Alves Carrejo. Depois de muita luta por parte da comunidade local e daqueles que compunham o corpo escolar, a Escola foi mantida, permanecendo em atividade até hoje, contando com 152 alunos, distribuídos em dois turnos (manhã e tarde).

Nesses dois turnos, são incluídos os alunos de 1º ao 5º ano que freqüentam a escola em tempo integral. A escola oferece a duas turmas de alunos, num total de 50, a possibilidade de freqüentarem ensino complementar com aulas de reforço nas diversas disciplinas, leitura, atividades desportivas, etc. Esse complemento tem contribuído em muito, para diminuir o índice de reprovação, que hoje gira em torno de 9% do total de alunos.

A escola atende à demanda em educação do ensino formal fundamental, do 1º ao 9º ano, da população do próprio bairro Lagoinha, sendo que apenas 10% dos alunos, em média, são oriundos de outros bairros. Alguns desses foram matriculados mediante ordem do Conselho Tutelar, mas atualmente isso tem ocorrido com menor freqüência, não chegando a 10 alunos no total.

O Regimento Escolar possui características que são comuns às outras escolas. Trata da estrutura de educação e administração da escola, da composição e atribuições do colegiado e Conselho de Classe e do papel de

cada funcionário envolvido no processo de formação dos discentes. Trata também dos direitos e proibições referentes aos discentes, sendo estipulados claramente para cada caso.

O Regimento trata das sanções que poderão ser aplicadas aos discentes, sempre demonstrando ter como finalidade precípua o caráter pedagógico e educativo e não punitivo ou repressivo.

As instalações destinadas à educação na Escola Estadual Felisberto Alves Carrejo, são boas. Possui sanitário masculino e feminino em boas condições, local destinado à alimentação dos alunos, praça para socialização durante o recreio, biblioteca, sala de reuniões, sala de professores, cantina, quadra de esportes (descoberta) sala de leitura e salas de aula suficientes para a população escolar ali existente.

A fachada da escola, não tem boa apresentação, faltando nela uma identificação adequada. O muro de aproximadamente 4 metros de altura, conforme podemos ver nesta fotografia, esconde o prédio da escola.



Figura 1- Entrada da Escola Estadual Felisberto Alves Carrejo

O acesso à parte interna da escola também não tem boa apresentação, pois possui grades. Ainda que necessárias do ponto de vista da

segurança causam uma impressão de carceragem, de sujeição a um regime de cárcere no período destinado à frequência escolar. Vejamos:



Figura 2 – Portão interno visto de fora



Figura 3 – Portão interno visto de dentro

A *Figura 2* mostra a visão que o aluno tem ao adentrar a escola e a *Figura 3*, mostra a visão que o aluno tem a partir do pátio da escola, rumo à saída. A sensação é a de ausência de liberdade, uma liberdade que fora da escola é garantida a todo cidadão e cultuada por todas as pessoas como um bem maior do ser humano.

O pátio tem boa amplitude e possui área com boa ventilação e higienização, conforme podemos ver nas figuras abaixo:



Figura 4 – Pátio da escola



Figura 5 – Quadra de esportes

A *Figura 4* mostra parte da quadra de esportes, salão para alimentação e parte da praça de socialização. A *Figura 5* mostra parte da quadra de esportes, parte da praça de socialização parte do prédio destinado às salas de aula.

As grades e o Regimento Escolar demonstram, ao contrário do que parece numa análise superficial, a representação de um lugar onde se tem

como objeto principal a disciplinarização do sujeito, ainda que o objetivo principal seja a educação formativa, conforme se verifica no Regimento e no Projeto Pedagógico da escola. A respeito disso nos ensina Foucault:

*A disciplina procede em primeiro lugar à distribuição dos indivíduos no espaço [...] às vezes exige a cerca, a especificação de um local heterogêneo a todos os outros e fechado em si mesmo...houve um grande encarceramento dos vagabundos e dos miseráveis. Houve outros mais discretos, mas insidiosos e eficientes.*¹²

O que nos parece é que a estrutura física da escola de hoje, com suas delimitações de espaço e de tempo, é ainda a escola do Século XVIII. A escola deve sim ter suas regras de convivência haja vista ser um espaço público de socialização onde o aprendizado no que se refere ao respeito às diferenças deve ser cultuado. Entretanto, o tratamento dispensado aos discentes, não deve ser como o de um internato e sim de liberdade. Quanto a isso nos ensina ARIES:

*A família e a escola retiraram juntas a criança da sociedade dos adultos. A escola confinou uma infância outrora livre num regime disciplinar cada vez mais rigoroso, que no século XVIII e XIX resultou no enclausuramento total do internato. A sociedade da família, da igreja, dos moralistas e dos administradores privou a criança da liberdade que ele gozava entre os adultos. Inflingiu-lhe o chicote, a prisão, em suma, as correções reservadas aos condenados das condições mais baixas.*¹³

A democratização aliada à cultura do novo alcançada pela globalização e apropriada pelo capitalismo remete o jovem, principalmente, a uma sensação de liberdade sem limites. Ainda que esta possa ser uma sensação de liberdade falsa, pois não se tem acesso a tudo, como e quando quiser, torna-se a representação de um direito que ninguém pode lhe tirar. Assim, a resistência à disciplinarização imposta pela escola torna-se o único caminho para a manutenção dessa liberdade no espaço escolar.

O bairro Lagoinha e o estigma da violência

A Escola Estadual Felisberto Alves Carrejo se encontra situada no bairro Lagoinha. A história do bairro também é de luta pelo reconhecimento do seu valor e contra a exclusão social dos seus moradores.

¹² FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes. 1977, p.130

¹³ ARIES, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LTC. 1981, p. 278

Localizado na zona sul da cidade de Uberlândia, o bairro comporta uma população de 12.013 pessoas (IBGE/2006) em sua maioria de baixa renda. Existem no bairro 4.306 residências que abrigam a população total. Dessa população, um pouco mais de $\frac{1}{4}$ está em idade entre 10 e 24 anos de idade. A população masculina é de 5.888 e feminina de 6.125 pessoas,¹⁴ conforme quadro abaixo.

BAIRRO	POPULAÇÃO	Nº DE DOMICÍLIOS	SEXO		IDADE		
			Mas.	Fem.	10 a 14 Anos	15 a 19 Anos	20 a 24 Anos
Lagoinha*	12013	4306	5886	6125	856	1082	1288
Carajás *							
Pampulha*							

Quadro 1- População do Bairro Lagoinha

Fonte: SEPLAMA/IBGE/Censo/2000.

A tabela vista acima, demonstra que o bairro Lagoinha conta com uma população de adolescente, de pouco mais de 25% da população total do bairro. A situação dessa população adolescente é considerada de risco, pois não contam com programas de parceria entre Estado, Sociedade, Escola e Família, que os apoiem durante o período que estão fora da escola. Aliado a isso, temos a impossibilidade da inserção no mercado de trabalho, pois somente podem ser empregados os adolescentes com no mínimo 14 anos de idade, ainda assim, em atividade que seja direcionada ao aprendizado de alguma profissão.¹⁵

Somado a isso existe a situação familiar que se desestrutura seja em decorrência de separação ou de maternidade por parte de solteiras, formando as famílias mono parental, ou famílias compostas por derivação de outras famílias, com união de filhos de pais e mães diferentes, que trazem consigo costumes e relações intra-familiares diferentes.

¹⁴ Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Meio ambiente – SEPLAMA, Divisão de Planejamento Integrado. Os dados populacionais acima foram obtidos através de estimativas para o ano de 2007, com base nos dados do IBGE/censo 2000. Org.: SILVA, Geraldo Paulino, 2008.

¹⁵ De acordo como a Lei 8.069 de 13 de Julho de 1990, que aprovou o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Numa comunidade em que a renda familiar é baixa, todos da casa necessitam trabalhar para complementação da renda. Com a ausência de programas de apoio a esses jovens, muitos ficam mais expostos a situações de risco, com possibilidade de cometimento de infrações penais podendo em alguns casos tornarem-se delinqüentes. Não se trata de puro assistencialismo, mas de um socorro, um cuidado com as nossas crianças e adolescentes que estejam nessa situação.

A necessidade de tais programas se dá em decorrência da própria previsão legal de proteção à criança e ao adolescente, os quais não podem possuir qualquer emprego antes dos quatorze anos de idade. Isso se deu com o advento da Constituição Cidadã em 1988, na qual se enfatiza a dignidade da pessoa, recepcionando a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Em 1990 entra em vigor o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). No seu Art. 60, impera que: *in verbis*: “Art. 60 - É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz”. Também a Emenda Constitucional nº 20¹⁶ também tratou desse tema da seguinte forma:

Art. 1º A Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 7º

XII - salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei;

XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Entretanto, não se tratam de uma cidade, um bairro e uma escola que apresentam, isoladamente, situações de manifestação de intolerância e de violência. Essas manifestações ocorrem de maneira geral em vários bairros e escolas, ainda que com índices e incidências diferentes. Analisemos os índices na cidade de Uberlândia e comparativamente os do bairro Lagoinha.

¹⁶ Emenda Constitucional nº 20, de 15 de Dezembro de 1998.

UBERLÂNDIA	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Comércio/fornecimento (tráfico)	92	122	118	143	183	201	335
Aquisição/posse/guarda para uso próprio de substância entorpecente	415	471	502	484	516	606	644
Crimes violentos ¹⁷	11.214	13.136	13.728	18.179	18.384	16.052	12.657

Quadro 2 – Ocorrências policiais registradas em Uberlândia.

Fonte: COPOM/PMMG/Geoprocessamento¹⁸.

LAGOINHA	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Comércio/fornecimento (tráfico)	8	7	13	1	25	4	19
Aquisição/posse/guarda para uso próprio de substância entorpecente	39	27	59	35	44	13	23
Crimes violentos	115	67	82	78	69	55	40

Quadro 3 - Ocorrências policiais registradas no Bairro Lagoinha

Fonte: COPOM/PMMG/Geoprocessamento¹⁹.

TRÁFICO DE DROGAS			
ANO	UBERLANDIA	LAGOINHA	VARIAÇÃO %
2001	92	8	8,7%
2002	122	7	5,7%
2003	118	13	11,0%
2004	143	1	0,7%
2005	183	25	13,6%
2006	201	4	1,9%
2007	335	19	5,67%

Quadro 4 – Tráfico de Drogas em Uberlândia e no Bairro Lagoinha

Fonte: COPOM/PMMG/Geoprocessamento²⁰

¹⁷ Crimes violentos: ações delituosas que envolvem prática de violência ou grave ameaça contra pessoa. Ex: homicídio, roubo, estupro, etc.

¹⁸ Centro de Operações da Polícia Militar de Minas Gerais. Seção de Geoprocessamento de dados e Geosite. Org.: SILVA, Geraldo Paulino, 2008.

¹⁹ Idem.

²⁰ Centro de Operações da Polícia Militar de Minas Gerais. Seção de Geoprocessamento de dados e Geosite. Org.: SILVA, Geraldo Paulino, 2008.

AQUISIÇÃO DE DROGAS PARA USO			
ANO	UBERLÂNDIA	LAGOINHA	VARIAÇÃO %
2001	415	39	9,39%
2002	471	27	5,73%
2003	502	59	11,75%
2004	484	35	7,23%
2005	516	44	8,52%
2006	606	13	2,14%
2007	644	23	3,57%

Quadro 5 – Aquisição de drogas para uso em Uberlândia e no Bairro Lagoinha

Fonte: COPOM/PMMG/Geoprocessamento²¹

CRIMES VIOLENTOS			
ANO	UBERLÂNDIA	LAGOINHA	VARIAÇÃO %
2001	11214	115	1%
2002	13136	67	0,5%
2003	13728	82	0,6%
2004	18179	78	0,4%
2005	18384	69	0,4%
2006	16052	55	0,3%
2007	12657	40	0,3%

Quadro 6 – Crimes violentos em Uberlândia e no Bairro Lagoinha

Fonte: COPOM/PMMG/Geoprocessamento²²

Nas tabelas acima, são analisados as ocorrências registradas quanto aos crimes de uso e tráfico de drogas e ainda dos crimes violentos, que abrangem de forma geral aqueles crimes, cuja ação a vítima é submetida à violência ou grave ameaça, dentre os quais poderemos citar o roubo a mão armada, o homicídio, estupro, latrocínio e seqüestro

Ao analisarmos a tabela acima podemos verificar que os índices de crimes violentos registrados no bairro Lagoinha, são baixos quando comparados com o total de crimes dessa natureza, registrados em toda a cidade de Uberlândia. Cabe ressaltar ainda que os crimes violentos com maior incidência no bairro são os de *roubo a transeunte*²³ e de *posse ou guarda para*

²¹ Idem.

²² Idem.

²³ Roubo a transeunte: Prática delituosa praticada contra indivíduo que vai andando ou passando na via pública.

uso próprio de substância entorpecente. Não se registrou no bairro Lagoinha, no ano de 2007 e até outubro do corrente ano, nenhum crime de homicídio, nem de estupro. Quanto ao crime de *tráfico de drogas*, alcançado o número de 19 em 2007 e 16 até outubro do corrente ano, alcançando um índice em 2007, de 5,67% do total das ocorrências dessa natureza registradas em Uberlândia.

A lógica do crime de roubo a transeunte é a da alimentação do tráfico de drogas, naqueles bairros onde existe maior índice de consumo de substâncias entorpecentes. Essa característica se torna mais evidente nas comunidades com baixa renda e onde existe uma menor presença dos membros da família na educação e orientação dos filhos, ficando estes mais vulneráveis a prática de infrações penais para atender à sua demanda de consumo de drogas.

A modalidade criminosa que tem apresenta menor margem de erro quanto à análise de crimes violentos é o homicídio²⁴ pois não existe possibilidade de não se registrar o fato. Se uma pessoa morreu, não havendo uma ocultação do cadáver, certamente o fato será levado ao conhecimento da Polícia, seja por intermédio de um parente, conhecido ou qualquer outro terceiro. Um roubo²⁵ poderia ser mais facilmente ocultado pela vítima, sem que esta cometesse algum crime, enquanto que a destruição, subtração ou ocultação de cadáver constitui-se em ação delituosa prevista no artigo 211 do Código Penal brasileiro.

Portanto, conforme já esclarecido acima, não havia sido registrado no ano de 2007 até outubro de 2008, nenhum homicídio. Assim, não podemos dizer que o bairro seja o mais violento. Apesar de apresentar um índice relativamente alto de crimes violentos, existem bairros considerados mais violentos, como bairro Morumbi e bairro Canaã, por apresentarem hoje os mais altos índices de homicídio na cidade de Uberlândia. Nesses bairros, são desenvolvidos programas de “Controle de Homicídios”, com parceria entre Estado, Município e comunidade local.

Criado na periferia da cidade, como prolongamento do bairro Saraiva, tornou-se uma junção entre Lagoinha, Ozanan e Leão XIII. O nome Lagoinha tem sua origem no nome da fazenda chamada “Retiro da Lagoinha”,

²⁴ Homicídio: matar alguém. Art. 121 do Código Penal.

pertencente ao Sr. João Pereira (fundador da cidade), cujas terras tornaram-se residência de ex-escravos. (Boletim PMU – Abril de 1986). Além dessa explicação que originou o nome do bairro, existe ainda a tradição de estar o nome do bairro, atrelado ao nome da região onde se encontra ou adjacente.

Ainda quanto à origem do bairro Lagoinha, Márcia Mattos Dorneles, nos mostra que não existia até 2003, uma lei municipal criando o bairro Lagoinha.

[...] é interessante observar que nunca foi encontrado registro do loteamento do bairro Lagoinha, e nunca existiu esse bairro entre os quase 250 existentes na cidade de Uberlândia, ou seja, nunca foi possível delimitar o que a população chamava de bairro Lagoinha, que pertencia a um imaginário que se tornou real, com o projeto de bairros integrados.²⁶

Já nos idos dos anos de 1956, há indícios de moradores do bairro Lagoinha, remanescentes de leprosários, numa exclusão social em decorrência da doença hanseníase, onde famílias de ex-leprosos receberam guarida, segundo depoimento da Sra. Maria Preta, então moradora do bairro.

[...] o Lagoinha era o lugar em que se achava o terreno mais barato,(...)nessa época nós éramos umas seis famílias que morava no Lagoinha, cada um esparramado num lugar, um longe do outro, isso em 1956, nós fomos os primeiros (...) era umas seis famílias que morava lá não igual colônia só de hanseniano, que não existe mais, aí ficou aquela fama, o Lagoinha é o bairro dos leproso.²⁷

Ainda que os registros não constem a criação do loteamento, fica evidente que o bairro já existia e já trazia consigo as marcas da exclusão e da discriminação em decorrência de sua ocupação por leprosos e ex-leprosos. O bairro Lagoinha já nasce com marcas da exclusão e discriminação, o que contribui como fator interveniente para o estigma da violência de que acometido o bairro, de fora para dentro.

Entretanto, somente no ano de 2003, depois de vários estudos e pesquisas realizadas durante o ano de 2002, Lagoinha adquiriu *status* de bairro, através da Lei Municipal nº 8403 de 29 de agosto de 2003, com o seguinte teor:

²⁵ Roubo: Subtrair coisa alheia móvel, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência contra a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência.

²⁶ DORNELES, Márcia Mattos. **Hanseníase e a Política de Saúde em Uberlândia**. Dissertação (Mestrado em Geografia) Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2005, p. 106.

²⁷ Idem.

O PREFEITO MUNICIPAL,

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica denominado BAIRRO LAGOINHA a área territorial urbana com a seguinte descrição:

BAIRRO LAGOINHA

*‘Inicia na confluência da Rua Benjamim Alves Santos, com a Rua São Francisco de Assis, segue pela Rua São Francisco de Assis, na direção nordeste, até o encontro com a Av. João Naves de Ávila, segue pela Av. João Naves de Ávila, sentido sudeste até encontrar a Alameda Uberaba, segue pela Alameda Uberaba até o encontro da Rua Pedro Ivo, segue pela Rua Pedro Ivo até o Córrego Lagoinha, segue pelo Córrego Lagoinha na direção noroeste até o encontro com a Rua Benjamim Alves Santos, segue pela Rua Benjamim Alves Santos até o ponto onde iniciou esta descrição’.*²⁸

Ainda hoje o bairro lagoinha carrega as marcas de sua origem, tendo seu nome como sinônimo de violência e de usuários e tráfico de drogas, conforme podemos ver nesse depoimento:

*Eu não moro no Lagoinha, eu moro no Jardim Ozanan. O Lagoinha fica bem pra lá..., eu não moro perto não, quando compramos o terreno há vinte dois anos, muita gente falou, mas nós vimos que era longe dos leprosos (...) não é bom morar no Lagoinha, até pra pedir emprego é ruim, eles falam, é lugar de bandido e leproso*²⁹.

Este depoimento nos mostra que a discriminação se encontra dentro dos próprios bairros, que hoje se integram³⁰ e cuja integração não é aceita pelos moradores dos bairros Ozanan e Leão XIII. Os próprios moradores, ainda que sejam pessoas com renda e condição social parecidas, reivindicam essa diferença. O bairro Lagoinha se tornou no imaginário das pessoas que o conhece ou ouviu falar, referência de atos de marginalidade. É a pobreza sendo entendida ainda como sinônimo de marginalidade e delinquência.

Em que pese não haver na criação do bairro Lagoinha uma ligação com o fato de terem sido seus primeiros moradores, portadores ou exportadores de hanseníase, há que se ressaltar um resquício de dúvida, pois há registros de que o bairro Ozanan, pertencia à Sociedade São Vicente de Paula e o bairro Leão XIII pertencia ao Monsenhor Eduardo dos Santos.

²⁸ LEI MUNICIPAL Nº 8403, de 29 de agosto de 2003.

²⁹ Maria Rosa, funcionária da PMU, no Centro Comunitário Lagoinha. *Apud*: DORNELES, Márcia Mattos. **Hanseníase e a Política de Saúde em Uberlândia**. Dissertação (Mestrado em Geografia) Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2005. p.110.

³⁰ Este “Projeto Bairros Integrados” foi implementado pela Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes no final da década de 1980.

O bairro Lagoinha foi criado às margens da cidade para não comprometer a estética da cidade. No caso de Uberlândia à época, a finalidade era não comprometer a sua imagem progressista. Esse ideal é expresso ao longo de sua história por meio dos diversos adjetivos atribuídos à cidade, tais como: “cidade jardim”, “Metrópole do Triângulo” e “Portal do Cerrado”, dentre outros.

Com estes atributos, Uberlândia desde sua origem olha para o progresso, para o crescimento econômico, independentemente da dissociação desse crescimento com o bem estar da maioria dos seus moradores. Fica evidenciada, entretanto, nesse contexto de progresso, a preocupação em esconder o lado feio da cidade, ou seja, a miséria.

Essa região do Triângulo Mineiro, conhecida como Sertão da Farinha Podre, pertenceu a Província de Goiás até 1816. Em 1818, chegaram ao município os primeiros colonizadores, responsáveis pela retirada dos índios Caiapós que habitavam a região anteriormente. Segundo a memória oficial da cidade,

os primeiros posseamentos tiveram início em 1817 e não em 1818 como até então se acreditava. Neles há relatos de três famílias que saíram de Paraopeba, próximo à Vila Rica, no intuito de demarcarem aqui suas sesmarias: Os irmãos Caetano e José Alves Rezende com suas famílias, acompanhados do cunhado João Pereira da Rocha e ainda o amigo Francisco Rodrigues Rabello, que também trouxe sua família.³¹

A construção da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, construída em Uberaba no anos de 1889, beneficiou sobremaneira aquela cidade se despontou como importante polo pecuário. Da mesma forma, Araguari passou a ser o centro das movimentações de mercadorias no fluxo entre São Paulo e Goiás. Uberlândia somente foi incluída no trajeto feito pela empresa Mogiana com a instalação da Estação Ferroviária, em 1895. A partir de então, com a linha férrea e a construção de estradas de rodagem no final do século XIX, Uberlândia passou a ser referência comercial no Triângulo Mineiro.

³¹ UBERLÂNDIA. Portal da Prefeitura Municipal de Uberlândia. Disponível em: <[www.uberlandia.mg.gov.br/cidade/historia/primeiros posseamentos do município](http://www.uberlandia.mg.gov.br/cidade/historia/primeiros_posseamentos_do_municipio)> Acessado em: 16nov08.

É preciso destacar que com apenas sete anos de sua emancipação do Município de Uberaba, conquistada a partir de setembro de 1888, através da Lei nº 4643 de 31 de agosto do mesmo ano, Uberlândia consegue a construção da Estação Ferroviária e consequentemente o acesso a estrada de ferro, que simbolizava o moderno em relação ao transporte na época. Essa conquista proporcionou uma grande oportunidade de progresso à cidade de Uberlândia, pois o acesso através do trem, mercadorias e pessoas deu velocidade e qualidade ao comércio, ainda no início do século XX.

A busca pela construção de sua própria identidade, e de se constituir como cidade emancipada do antigo Município, fez com que em 1929 o Município de São Pedro de Uberabinha mudasse de nome, passando à denominação atual, qual seja Uberlândia, cujo significado é “terra fértil”.

Essa mudança de nome, não tinha como objetivo, tão somente a construção de sua identidade ou de distanciamento de seu passado como distrito de Uberaba. Essa mudança estava relacionada com a sede de se prosseguir numa escalada rumo ao crescimento econômico, como podemos mostra Dorneles:

A mudança do nome já representava um desejo progressista, pois desde 1910 se vislumbrava a possibilidade de investir-se no comércio com os estados de Goiás e Mato Grosso, principalmente depois da construção da ponte pênsil Afonso Pena, inaugurada em 1909 sobre o Rio Paranaíba, em Itumbiara-Go, ligando São Pedro de Uberabinha ao oeste do país. Mas o ensejo final veio com o descobrimento de diamantes à margem do rio Araguaia, fato significativo para acelerar seu desenvolvimento e um nome que a afastasse da velha Uberaba passou a ser imprescindível.³²

Uberlândia, nesse sentido, não difere da maioria dos grandes centros urbanos brasileiros. Teve sua ascensão como cidade, sob a égide da “ordem e progresso”, cuja ordem disciplinadora e moralizante aliada ao progresso, com vistas a perpetuar os privilégios econômicos de uma classe. Nesse contexto, a presença de classes menos favorecidas na cidade eram importantes do ponto de vista da mão de obra pesada. A migração era incentivada, e a vinda de pessoas oriundas da zona rural sem qualquer qualificação para o trabalho urbano, as tornava força de trabalho barata. Sobre

³² DORNELES, Márcia Mattos. **Hanseníase e a Política de Saúde em Uberlândia**. Dissertação (Mestrado em Geografia) Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2005, p. 91.

elas foi imposto um um rígido controle por parte elite política e econômica de Uberlândia, que era feito através da vigilância, da exclusão e da disciplina.

É exatamente nesse contexto e dessa necessidade, que assentamentos como o bairro Lagoinha surgiram e surgem até hoje em Uberlândia, mantendo às margens da cidade e da elite de nossa sociedade, aquilo que possa comprometer a imagem, o brilho, a saúde e a segurança.

Mais uma vez a vinculação da pobreza à criminalidade se evidencia numa cidade que cresce acima dos 3% ao ano, segundo a Secretaria de Planejamento Urbano da Prefeitura Municipal.

CAPÍTULO II

AS TENSÕES ENTRE ESCOLA E SOCIEDADE

Na atualidade, têm-se buscado várias formas de se minimizar as desigualdades. Os movimentos sociais reivindicam igualdade de condições e direito a uma escola de qualidade para todos. Nas Ciências Sociais, os estudos relativos às questões de raça, etnia e gênero, aliados às constantes reivindicações de diversos segmentos da sociedade que se preocupam com essas questões, gradativamente vão conquistando espaço. Assim, ações concretas vêm consolidando políticas que visam à redução da intolerância no espaço escolar.

O enfoque dado pelos estudos culturais ao papel das Faculdades de Educação e à escola é o de redefinir a educação, no sentido de se tornarem espaços de desenvolvimento e expansão das narrativas capazes de questionarem as operações de poder, na medida em que estas influenciam diretamente na produção de conhecimento.

Mas não existe consenso, nem por parte da sociedade e nem por parte de alguns profissionais que trabalham na educação, sobre o que realmente significa a educação e como ela deve ser enfocada.

Isso nos leva, anos e anos, ao questionamento sobre o sistema educativo e análise das causas do chamado fracasso escolar, que pode ser entendido também como uma manifestação de intolerância. Como professores e profissionais da educação, devemos ter a consciência da necessidade de maior interação entre sociedade e o educador ou entre as instituições escola e família, na execução dessa tarefa importantíssima para o futuro de uma sociedade mais igualitária e justa. Dentro e fora da escola o diálogo é necessário para se alcançar o “mundo” das crianças e adolescentes e mostrar-lhes que é possível dividir um mesmo espaço com o outro, conviver pacificamente com as diversidades sem prejuízo próprio.

A crítica permanente ao passado e aos novos sistemas de valores da sociedade atual desqualifica a autoridade e a educação. A autoridade está em crise, pois, embora seja verdade que as mudanças políticas e sociais a legitimaram, também é certo que não a dignificaram.

Para os alunos, o educador, o profissional da educação é um representante dos valores vigentes em uma sociedade. Valores que hoje somente se encontra nas instituições, por suas características tradicionalistas e pela luta que estas travam contra a anomia social. Deve o professor ser esse guia de valores. Não basta que os educadores tenham a autoridade que lhes foram delegadas em função de algum cargo. Essa autoridade também precisa ser reconhecida e principalmente legitimada pelos discentes para que o educador possa exercê-la em sua plenitude.

Educar, etimologicamente falando vem do grego *duc*, que significa dirigir e para dirigir deve-se exercer uma ação de condução. Para que seja disciplinadora, por sua vez, essa condução deve ser entendida não apenas a partir de normas impostas, mas sim como claro objetivo de ajudar os alunos a serem mais livres e tolerantes.

Como fazer cumprir ordens, um jovem que vive uma cultura de total liberdade, num conceito de liberdade muitas vezes destituído de seu verdadeiro valor, e numa política extremamente democrática, do ponto de vista legal? Ocorre que o conceito de liberdade hoje está muitas vezes atrelado à ilusão de que se pode tudo, por causa do nivelamento proporcionado pela globalização da informação e da propaganda.

Como fazer com que crianças e adolescentes com ausência total de limites permaneçam três horas em silêncio em um espaço físico delimitado, sob a autoridade de uma pessoa que é vista por ele como totalmente diferente? Não parece ser coerente que o espaço escolar seja tão diferente do espaço fora da escola. A escola por outro lado, como instituição de formação do cidadão, não pode abrir mão de determinadas normas que impõem limites e indique os parâmetros do que é certo e errado, proporcionando um ambiente com o mínimo de tolerância entre seus participantes.

A intolerância no espaço escolar é um fenômeno que não possui um fator determinante, mas sim um conjunto de fatores que podem ser individuais, familiares, políticos, religiosos e sociais. Podem inclusive estar ou não ligados entre si. As manifestações de intolerância podem advir das mais diversas motivações. O intolerante tem sempre uma justificativa para sua conduta. Sobre essa origem da intolerância nos ensina Umberto Eco:

*A intolerância está situada aquém de qualquer doutrina. Nesse sentido, a intolerância tem raízes biológicas, manifesta-se entre os animais em forma de territorialidade e baseia-se em reações emocionais superficiais. Não gostamos dos que são diferentes de nós, porque têm uma cor diferente de pele, porque falam uma língua que não entendemos, porque comem rã, cachorro, macaco, porco, alho, porque usam tatuagem...*³³

No espaço escolar podemos dizer que ocorre uma manifestação de negação daquilo que é possível se realizar fora e que é proibido na escola, que do ponto de vista institucional, é um lugar de reprodução da vontade do Estado, que dita o que é certo e o que é errado, direcionando assim, a conduta do cidadão que tem o dever de cumprir as normas estabelecidas, primeira etapa do limite mínimo da tolerância, quando “[...] *se tolera o que se desaprova mas não se pode impedir*”.³⁴

A instituição escolar de hoje continua sendo, fisicamente, a mesma escola do século XIX, com o mesmo formato, salas fechadas, com janelas altas para dificultar a visão da parte externa, grades, um lugar de destaque para o professor. Ou seja, o aluno sai de um espaço de liberdade e democracia para enfrentar na escola um rigor que desconhece e desaprova, mas que é obrigado a tolerar, a se *sujeitar*. Quanto a isso, Michel de Foucault nos ensina que:

*Essa forma de poder aplica-se à vida cotidiana imediata que categoriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-o a sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele. É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos. Há dois significados para a palavra sujeito: sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e torna sujeito a.*³⁵

Diante de uma ausência de autoridade vivida pelos jovens dessa geração, a vigilância institucional da escola, passa a se tornar para ele um estado de violência que o sujeita àquelas regras, que dada sua rigidez, pode soar também como intolerância. A escola pode se tornar, pelas suas características institucionais e pela diversidade de pessoas, tanto um espaço

³³ ECO, Umberto. Definições Léxicas. In: **A intolerância**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 17.

³⁴ RICOEUR, Paul. Etapa atual do pensamento sobre a intolerância. In: **A intolerância**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 21.

³⁵ FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: **Uma Trajetória Filosófica: Para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Forense Universitária, 1996. p. 235.

propício à manifestação de respeito às diferenças, quanto à intolerância, o resultado dependerá em grande parte de como será a socialização dos alunos. Daí a importância de uma escola e educadores preparados para essa realidade, essa nova concepção de valores.

O Regimento escolar

Sobre os deveres dos discentes, destacamos alguns trechos do Regimento Escolar da Escola Estadual Felisberto Alves Carrejo:

“SEÇÃO II – DOS DEVERES DO PESSOAL DISCENTE

Art. 212 – São deveres do pessoal discente:

I(...), II(...)

III – Tratar com educação, respeitando as normas de convivência, os Diretores, professores, autoridades de ensino, funcionários e colegas;

IV – Respeitar as normas disciplinares do estabelecimento, dentro e fora dele;

(...)

X – Abster-se de atos que perturbem a ordem, ofendam os bons costumes ou importem em desacato às leis, às autoridades escolares ou aos professores e funcionários;

(...)

XVII – Proceder harmoniosamente durante o horário de aula e recreio.

.....
Art. 213 – É vedado ao aluno:

.....
VI – Uso de celulares em sala de aula;

(...)

*IX – Usar boné na sala de aula”.*³⁶

O Artigo 212 enfatiza as seguintes palavras: ordem, autoridades, leis, disciplina e harmonia. Sabemos que não seria possível coordenar uma escola sem regras e sem autoridade. Entretanto devemos ter a consciência de que não é possível também dirigir uma escola sem alunos. Eles são o motivo da existência da escola. A escola deve direcionar para eles todos os seus esforços na busca de um consenso ao tratar de normas que irão dar um sentido para tudo o que ocorrer naquele espaço.

O Artigo 213 veda o uso de celular e boné em sala de aula. Quanto ao uso do telefone móvel ou celular em sala de aula existe inclusive a proibição

³⁶ REGIMENTO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL FELISBERTO ALVES CARREJO, 2008, p. 89-91.

imposta por lei³⁷. Como a lei proíbe, se a escola contrariá-la a direção poderá ser acusada de prevaricação.³⁸ Entretanto o uso de boné tornou-se, entre os jovens, uma marca, uma expressão, um estilo ou uma questão estética. Assim como outras gerações usaram em outras épocas outros adereços, símbolos ou expressões que também contribuíam à busca de identidade e de laços em um grupo.

Essa discussão nos remete a outro aspecto a ser observado e que não pode deixar de ser considerado, o da necessidade de uso do celular produzida pela veiculação através da mídia. Tal mecanismo coloca o jovem numa situação em que se sente desarmado sem seu celular. O celular, como qualquer outro objeto de consumo, foi transformado em objeto de prazer, um prazer que não se realiza por completo. A cultura do novo produzida pelo capitalismo tem a finalidade de fazer com que o consumidor nunca esteja realizado por completo com o seu novo modelo, chegando a alcançar uma forma de *hedonismo*³⁹, que atrela o consumismo à felicidade. Dessa forma, torna-se uma tarefa um tanto difícil convencer um adolescente de que ele deve permanecer durante três horas em uma sala de aula, longe de seu celular e teoricamente, de sua felicidade.

Sobre as contradições nas relações sociais que influenciam diretamente as manifestações de intolerância, na sociedade global contemporânea, PIETRO arrolou os seguintes paradoxos:

- a *globalização, universalização e interdependência dos processos produtivos, econômicos e sociais (...) e o ressurgimento dos nacionalismos, da xenofobia e do racismo;*
- *os extraordinários avanços científicos e tecnológicos e a incontrollabilidade de seus efeitos negativos;*
- *a massificação dos acessos ao bem estar material e cultural nas sociedades opulentas do capitalismo de consumo junto ao aumento da pobreza, da marginalização e da exclusão de toda possibilidade de satisfação de necessidades elementares para a grande maioria dos seres humanos e de povos inteiros;*
- *a presença de fortes tendências de homogeneidade e universalidade cultural incentivadas pelo chamado processo*

³⁷ Lei Estadual nº 14.486 de 9 de dezembro de 2002. Diário Oficial do Estado de Minas Gerais.

³⁸ Art. 319 - Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal. *In: Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.*

³⁹ O hedonismo (do grego *hedoné* que significa prazer) é uma teoria ou doutrina filosófico-moral que considera eu o prazer individual e imediato é o único bem possível, princípio e fim da vida moral. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, p. 885.

modernizador neoliberal (...) e os particularismos étnicos das mais variadas regiões da terra;

- a acumulação do conhecimento científico (...) e sua conservação como patrimônio de uma elite iniciada e dos grupos de poder....⁴⁰ (PIETRO, apud: CARDOSO, 2003. p. 8)

Quando analisamos o Regimento Escolar, podemos verificar que não se trata de um documento com características específicas para a Escola Estadual Felisberto Alves Carrejo. É um código aplicado a todas as escolas sem muita distinção e em alguns casos com muito mais rigor e vigilância.

Vejamos uma notícia sobre o rigor no espaço escolar na cidade de Ribeirão Preto:

Escola da periferia de Ribeirão será exemplo de ensino' - O Cemei (Centro Municipal de Ensino Integrado) João Gilberto Sampaio, escola municipal instalada na Vila Mariana, periferia de Ribeirão, pode se tornar referência para escolas do Brasil e do mundo.⁴¹

É perceptível que a visão diretor daquela escola é focada numa disciplina rígida, que de certa forma acaba por criar grupos no interior do espaço escolar, podendo inclusive estar alimentando a intolerância. Não gostamos daqueles que são diferentes de nós. Não gosto dele porque ele fuma, ou porque não fuma. Não gosto porque ele é tatuado ou porque não é. Vejamos o que diz o diretor sobre a auto-gestão da escola, com a participação dos alunos na vigilância de todos:

Aqui não tem aluno tatuado, de cabelo tingido, essas coisas. O próprio aluno entende que o ambiente da escola não combina com isso. O fumo também é coisa grave. Se alguém fuma, sempre tem outro que vem falar para a gente, e eu chamo o aluno para conversar. Se alguém tira uma pétala de rosa, tem 500 para contar.⁴²

É necessário sim que haja uma universalidade em alguns aspectos, contudo, devemos entender que o bairro Lagoinha possui suas peculiaridades que naturalmente o diferencia, por exemplo, do bairro Fundinho.

Um Regimento específico que observasse as peculiaridades referentes aos alunos do bairro atendido pela escola, elaborado com a participação de alunos que são parte da Comunidade Escolar, poderia

⁴⁰ CARDOSO, Clodoaldo Meneguello. Tolerância e seus limites: um olhar latino-americano sobre diversidade e desigualdade. In: **Tolerância e seus limites**. São Paulo, UNESP. 2003, p. 8.

⁴¹ Escola da periferia de Ribeirão será exemplo de ensino. **Folha OnLine**, 01/06/2003. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u12968.shtm>
Acesso em: 22nov08.

proporcionar maior diálogo entre os discentes e a instituição escolar. A presença de alunos na construção de suas próprias regras daria a eles uma maior responsabilidade sobre o seu cumprimento, garantindo assim, o caráter formativo⁴³ e não punitivo do Regimento.

O livro de ocorrências

O registro de ocorrências da unidade escolar é feito em livro próprio e é possível verificar que as sanções são de fato aplicadas de forma gradativa, inclusive com a comunicação e presença dos pais ou responsáveis para assinatura das advertências ou suspensão. Verifica-se ainda que em determinados casos, principalmente quando se trata de prática de lesão corporal, a Escola solicita a presença da patrulha escolar para registro e encaminhamento da criança ou adolescente, observado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em cada caso.

Os registros transitam entre manifestações de intolerância que vão do desrespeito aos professores e às normas da escola, até cometimento de ato infracional previsto no ECA. Vejamos alguns registros:

Registros feitos por professores, relativos a alunos da 7ª série, endereçados à diretora da escola em novembro de 2000.

*O (...) anda bagunçando na sala de aula, fala palavras obscenas, que vai tomar pinga no bar, cantando as meninas e falando que vai bater. Ele o (...) e o (...) principalmente. Não anotamos o nome porque estamos sendo ameaçadas de apanhar. Por favor tome providências urgentes pelo amor de Deus não agüentamos mais as peças dentro da sala de aula". Alunos da 7ª série bagunçando em sala de aula e ainda passando cantada nas meninas e ainda ameaçando-as...*⁴⁴

Nesses registros podemos perceber a indignação, o medo, a insegurança que demonstra a professora. O livro de registro nesse caso foi um lugar de desabafo, já que não o professor não poderia aplicar uma sanção imediata ao aluno, por receio de represálias por parte dos atores envolvidos.

⁴² Idem:

⁴³ O Regimento Escolar prevê em seu art. 219, *in verbis*: "As medidas disciplinares contidas neste regimento terão caráter formativo e não punitivo sendo aplicadas gradativamente".

⁴⁴ LIVRO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIAS DA ESCOLA ESTADUAL FELISBERTO ALVES CAREJO. 2000.

Podemos perceber também que alguns alunos são contumazes na prática de violações de normas, parecendo não entender o caráter formativo da aplicação das sanções previstas no Regimento Escolar. Como exemplo, podemos analisar o caso do aluno L.H. da 6ª série. Ele teve entre os meses de maio/2004 a março/2005 seis registros por violação de normas que vão de desrespeito a professores até agressão física a colegas e a professores. Do ponto de vista da diretora, foi necessário chamar a patrulha escolar para uma conversa com o aluno e também dos pais em várias ocasiões. Porém, o pai de L.H. somente atendeu ao chamado da diretora uma vez, não mais retornando à escola. Vejamos alguns registros relativos a L.H:

*A.B.B.J. da 5ª série foi agredido covardemente por L.H. da 6ª série, na hora do recreio...jogou-o no chão e o chutou. O aluno não quis fazer a ocorrência.*⁴⁵

*L.H. 6ª, não assume a responsabilidade de aluno. A última que fez foi bater e machucar A.B.B. por covardia.*⁴⁶

*O aluno L.H. 6ª série, com brincadeiras indevidas, machucou a professora de inglês. Os pais foram chamados e advertidos de que a professora poderá fazer valer seus direitos.*⁴⁷

Vejamos outros registros:

*A professora de Educação física da 6ª série foi agredida verbalmente pela aluna P.M., por não emprestar a bola de vôlei. A aluna usou a seguinte expressão: “vai tomar no cú”.*⁴⁸

*O aluno (... da 5ª série) depois de agredir sua colega de classe, (...), foi chamado para conversar com a diretora tendo dito: ‘não quero conversar com uma nega dessa, com uma puta dessa’, dizendo ainda: ‘vai tomar no cú’ em seguida saiu da sala dizendo que ia matar a aluna (...) e cortar o pescoço dela.*⁴⁹

É possível perceber nos dizeres proferidos pelo aluno nessa última citação, que se trata de uma reprodução de uma intolerância já vivida em outro lugar ou circunstância. O nível de agressividade parece não partir dele. Não é uma conduta tolerável de um ser humano para com outro. Françoise Héritier ao tratar da intolerância diz: *“A intenção primeira não é humilhar, mas negar, pura e simplesmente, o status de ser humano ao Outro [...] no fundo, é preciso*

⁴⁵ LIVRO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIAS DA ESCOLA ESTADUAL FELISBERTO ALVES CAREJO. 2004.

⁴⁶ Idem.

⁴⁷ Idem.

⁴⁸ LIVRO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIAS DA ESCOLA ESTADUAL FELISBERTO ALVES CAREJO. 2002.

*negar o Outro como verdadeiro humano para poder excluí-lo, causar-lhe mal, destruí-lo [...]'*⁵⁰.

Outros Registros:

*Confusão na sala 10: Após o recreio, (...) da sala 08, entra na 5ª série e começa a ofender (...), a mesma os ofende com cadeiradas Caem e somem objetos do P.L. (...) se compromete em trazer outras canetas. O alunos são chamados a diretoria, se entendem, pedem desculpas e volta a "normalidade".*⁵¹

*A aluna (...) em sala de aula estava com seu trabalho em mãos, quando o aluno L.H. pediu-lhe o papel, ela não querendo entregá-lo, foi quando disse palavras obscenas que a ofendeu muito, a mãe veio até a escola, indignado com a situação.*⁵²

Nos registros seguintes verifica-se que houve uma mudança de postura por parte da Escola no que se refere à conduta por ocasião de algum descumprimento de norma. Passam a registrar que os pais ou responsáveis serão chamados, como uma advertência de que poderão ser tomadas medidas mais incisivas, como a suspensão, caso não haja mudança de comportamento por parte do aluno.

*A aluna (...) da 7ª série saiu de sala muito nervosa, veio até a diretoria, me procurando para resolver a questão: L.H. e (...) haviam chamado-a de "aidética". Os mesmos estando na diretoria, afirmaram que (...) também os magoou, chamando-os de língua toscana. Os alunos foram advertidos que é proibida a prática de apelidos e falsos testemunhos dá cadeia. Os pais ou responsáveis serão chamados para assinarem esta ocorrência e os alunos foram advertidos que em sala de aula deverão estar ocupados, caso persistam entrarão em suspensão, pois já são recordes em advertências.*⁵³

Aos quatorze dias do mês de fevereiro de dois mil e oito, no intervalo do recreio nas dependências da E.E.Felisberto Alves Carrejo, os alunos A.R. e J.R.B. se atermam em brigar desrespeitando o artigo 235 e seus incisos V, VIII e X do regimento escolar em vigor. Os alunos foram chamados para a direção e advertidos quanto aos procedimentos corretos a serem tomados deixando clara a necessidade se comportar adequadamente dentro do recinto escolar não se portando violentamente dentro do mesmo. Os pais ou responsáveis

⁴⁹ LIVRO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIAS DA ESCOLA ESTADUAL FELISBERTO ALVES CAREJO. 2003.

⁵⁰ HÉRITIER, Francoise. O eu, o Outro e a intolerância. In: **A intolerância**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 25.

⁵¹ LIVRO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIAS DA ESCOLA ESTADUAL FELISBERTO ALVES CAREJO. 2006.

⁵² Idem.

⁵³ Idem.

*foram convocados a comparecerem nesta unidade escolar no dia 19/02/2008 para tomar providências cabíveis.*⁵⁴

*Aos três dias, do mês de março de dois mil e oito, o aluno R.F.S.R, matriculado no 3º ano do ensino fundamental, nesta instituição de ensino, portou inadequadamente dentro e fora de sala de aula, desrespeitando colegas com brincadeiras que podem vir a machucar. Já foram feitas várias advertências, conversamos com a mãe, mas não surtiu nenhuma mudança no comportamento, desta maneira registra – se a primeira ocorrência escrita do aluno citado, caso a postura não mude de acordo com o regimento serem tomadas as providencias cabíveis.*⁵⁵

*Ata do dia 20, do mês de Setembro de 2007, nos termos dos artigos 237,236,237 e 238 do regimento escolar, o aluno na 5ª série infligiu, os incisos VII,III, XIV e XI, agredindo o aluno A.R, também matriculado na 5ª série. O responsável do aluno agressor foi comunicado imediatamente para que se tome as devidas punições cabíveis, já que o aluno infrator já fora advertido em outras ocasiões. Segue as assinaturas dos presentes.*⁵⁶

No registro abaixo, os pais já haviam sido notificados em outras circunstâncias, com registro em ata, ficando alertado de que será acionado o Conselho Tutelar em uma próxima violação das normas da Escola.

*Aos dez dias do mês de setembro de dois mil e oito nas dependências desta unidade escolar, foi conduzido a sala da direção, pela professora de matemática os alunos (...) e (...) do terceiro ano do ensino fundamental da educação básica, a fim de repassar as ações inadequadas dos mesmos conforme o caderno de relatório da professora. Como houve advertências anteriores, serão notificados os pais ou responsáveis dos alunos para se interarem ao assunto, caso não haja melhora será solicitada o apoio do conselho tutelar para a tomada de medidas cabíveis. Sem mais para o momento eu Reinaldo Ramos Junior chefia imediata assino a presente ocorrência que após lida será assinada por todos os presentes.*⁵⁷

Percebe-se clara e fortemente a existência da intolerância através dos relatos nestes casos citados acima e que esta realidade pode ser uma reprodução de intolerância e agressividade vivenciada no ambiente familiar ou na socialização com colegas e que encontra terreno no espaço escolar para sua reprodução. Devemos nós educadores, estar ao lado desses que são também vítimas de intolerância nos ensina WIESEL.

⁵⁴ LIVRO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIAS DA ESCOLA ESTADUAL FELISBERTO ALVES CAREJO. 2008

⁵⁵ LIVRO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIAS DA ESCOLA ESTADUAL FELISBERTO ALVES CAREJO. 2008.

⁵⁶ Idem.

[...] em vez de combater de peito aberto, cara a cara, com um intolerante qualquer, eu me coloco, primeiro, ao lado de suas vítimas. Declaro-me solidário com as vítimas e digo a elas: 'o que acontece a vocês, acontece a mim; quando são atingidos, atingem a mim; quando são insultados, sofro a humilhação'. Ou seja, tento criar uma frente de solidariedade contra esse mal que é a humilhação⁵⁷

Também nos relatos acima, fica evidente que a aplicação do Regimento, ainda que possua legalmente o caráter formativo, é ainda utilizado como forma de castigar o aluno, do ponto de vista do professor. Em alguns casos, fica explícita a vontade de punir e até mesmo de se livrar do aluno, conforme se verifica no registro abaixo:

O aluno (...), 7ª série, foi mandado para casa descansar 15 dias pois a diretora estava dando um ditado e ele estava fazendo outra atividade. A diretora mandou ele guardar o material e ele veio com um monte de falta de educação. O aluno vai ficar descansando em casa por 15 dias.⁵⁸

Um código como o Regimento Escolar é necessário para que se possam regulamentar determinados procedimentos no âmbito da formação do aluno. Porém a norma seca, dada sua universalidade e a subjetividade, devem ser adequadas a cada situação, dependendo da idade e ainda da capacidade do aluno em entender o caráter da norma e também de determinar-se de acordo com esse entendimento.

Uma criança que não teve em seu ambiente familiar uma formação que lhe desse a capacidade de entender através da socialização a existência de limites às suas vontades e suas atitudes provavelmente será um adolescente que acreditará que o mundo gira em torno de si e para si. Poderá se tornar uma pessoa que não cumprirá normas por entender que agridem sua liberdade, pois não conheceu o limite e não reconhecerá no outro um semelhante, não sabendo conviver com as diferenças, com as diversidades.

Entretanto, não podemos entender que um aluno que manifesta intolerância ou agressividade é uma pessoa que não tem possibilidade de acertos. Ela também pode ter sido em algum momento vítima da intolerância, seja dos pais, irmãos ou colegas.

⁵⁷ Idem.

⁵⁸ WEISEL, Elie. Debate entre Elie Wiesel, Yehudi Menuhin e Jorge Semprun, In: **A Intolerância**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 212.

⁵⁹ LIVRO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIAS DA ESCOLA ESTADUAL FELISBERTO ALVES CAREJO. 2008.

Para amenizar a questão da intolerância no espaço escolar da Escola Estadual Felisberto Alves Carrejo se faz necessário, entender primeiramente que a educação do ser humano depende somente da instituição escolar é ignorar que as instituições sociais se interagem, buscando um equilíbrio entre razão e sentimento. Neste sentido a instituição escolar dá continuidade à formação advinda de outras instituições, como a família, a igreja, entre outros. Contudo essas instituições entraram em crise, no que se referem os seus princípios, e estão solicitando da escola outros papéis, como o de discutir temas como a intolerância.

Outra forma de amenizar as manifestações de intolerância no espaço escolar seria a participação dos alunos nas decisões da escola, tanto nas modificações físicas, quanto nas adequações das regras de convivência. Quando o aluno se sente parte integrante da decisão, sente-se também responsável em cumpri-la e em fazer cumprir.

A esperança é de que possamos compreender a nós mesmos e aos outros, respeitando as diferenças, embora esta pretensão possa parecer um sonho temerário. Essa idéia nos reporta ao poema de Eduardo Galeano “Janelas sobre utopia”:

Ela está no horizonte - diz Fernando Birri. Eu me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe jamais a alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: “para caminhar”.⁶⁰

Não podemos nos permitir a ilusão de que uma escola com um Regimento brando ou permissivo iria regular as ações de modo a manter um equilíbrio ou uma harmonia nas relações individuais ou inter-relações dos alunos da Escola Felisberto Alves Carrejo, ou de qualquer outra. Não é a ausência de um sistema de vigilância ou a negação do medo que daria cabo dessas manifestações de intolerância e em alguns casos, de violência. Quanto a isso nos ensina Zygmunt Bauman:

A insegurança afeta a todos nós, imerso que estamos num mundo fluido e imprevisível de regulamentação, flexibilidade, competitividade e incerteza, mas cada um de nós sofre a ansiedade por conta própria, como problema privado, como resultado de falhas pessoais e como desafio ao nosso savoir faire e à nossa agilidade. Somos convocados, como observou Ulrich Beck com acidez, a buscar soluções biográficas para

⁶⁰ Galeano, Eduardo. **As palavras andantes**. Porto Alegre: L & PM, 1984, p. 310.

*contradições sistêmicas; procuramos a salvação individual para problemas compartilhados. Essa estratégia provavelmente não dará o resultado que perseguimos, pois deixa intacta as raízes da insegurança; além disso é essa dependência de nosso saber e recursos individuais que produz no mundo a insegurança da qual queremos escapar.*⁶¹

Assim, concordamos que para enfrentar os problemas relacionados à intolerância e à insegurança presente no espaço escolar devemos buscar soluções que envolvam a comunidade. Não basta a capacidade individual, mas é a partir do envolvimento de todos, com o conhecimento que cada um tem de seu filho de sua rua de sua comunidade, que poderemos alcançar um nível de segurança sustentável e um maior equilíbrio nas relações interpessoais no ambiente escolar.

⁶¹ BAUMAM, Zygmunt, **Comunidade**: A busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, Ed. 2003, p. 129.

CAPÍTULO III

A ESCOLA PODE SER UMA COMUNIDADE TOLERANTE?

As manifestações de intolerância no espaço escolar e de violência não são casos isolados. É possível identificar essas manifestações em diversas escolas, em cidades, Estados e até países diferentes, independentemente de ser desenvolvido, em desenvolvimento ou subdesenvolvido. CASTRO aponta que essa dificuldade no inter-relacionamento e na violência no espaço escolar ocorre por diversos motivos. Vejamos:

No estudo sobre violência nas escolas (Abramovay e Rua 2002) alerta-se que a escola, em muitos lugares, deixou de ser considerado um ambiente protegido, seguro. A violência na escola se associaria, guardando especificidades locais, grosso modo, à três dimensões sócio-organizacionais distintas: em primeiro lugar à degradação do ambiente escolar, isto é, à dificuldade na gestão das escolas, resultando em estruturas deficientes; em segundo, a uma violência que se origina fora e vem para dentro da escola, manifestando por intermédio da penetração das gangs, do tráfico de drogas e da visibilidade crescente da exclusão social; em terceiro, relaciona-se com componentes internos das escolas, específico de cada estabelecimento. Há escolas que historicamente têm se mostrado violentas e outras que passam por situações de violência. Mas há casos de escolas seguras em bairros ou áreas reconhecidamente violentos e vice-versa sugerindo que não há determinismos ou fatalidades, o que garante que ações e reações localizadas sejam possíveis⁶².

Essa observação nos remete à questão da necessidade de um envolvimento direto da comunidade local, inclusive os alunos, nos problemas enfrentados pela escola. Há de se desenvolver essa interação para que se possa diminuir a distância entre a instituição escolar e a instituição familiar, para que possam ser discutidas metas e estratégias de controle da intolerância e da violência na escola. De acordo com CASTRO,

é comum que os alunos expressem uma ambígua referência à escola, à qual se critica mas se considera importante. A escola é uma das referências, para os jovens, não pela idéia de que é

⁶² CASTRO, Mary Garcia. **Marcas de gênero na escola sexualidade e violências/discriminações representações de alunos e professores.** USP - São Paulo. 2003.

necessária para o mercado de trabalho, mas também pelas relações com os colegas – a sociabilidade de pares – e com os professores. Em São Paulo, por exemplo, 78% dos alunos de escolas públicas – ensino fundamental e médio – responderam afirmativamente à pergunta se gostavam de sua escola. É no entanto surpreendente as altas proporções de alunos do ensino fundamental e médio que não gostam do espaço físico da escola (41% na cidade de São Paulo); não gostam da maioria dos professores (cerca de 24% em São Paulo) ou das aulas (cerca de 26% nessa cidade) (in Abramovay e Rua 2002:157). Para o caso de São Paulo, tem-se que cerca de 36% dos alunos declaram que não gostam de seus colegas⁶³.

Essa participação da comunidade incluindo os alunos poderia melhorar também a relação professor-aluno-escola, o que de certo modo, influencia na questão das manifestações de intolerância e de violência no espaço escolar.

Projeto Político-Pedagógico e formação continuada

No contexto escolar, a organização do trabalho pedagógico explicita uma determinada visão de mundo, de sociedade e de educação. Através da estrutura curricular que propicia a construção de conhecimentos pelos sujeitos envolvidos na relação da formação continuada e do ensino-aprendizagem, daí a importância do Projeto Político-pedagógico. segundo BETINI,

O projeto político-pedagógico mostra a visão macro do que a instituição escola pretende ou idealiza fazer, seus objetivos, metas e estratégias permanentes, tanto no que se refere às suas atividades pedagógicas, como às funções administrativas. Portanto, o projeto político-pedagógico faz parte do planejamento e da gestão escolar. A questão principal do planejamento é expressar a capacidade de se transferir o planejado para a ação. Assim sendo, compete ao projeto político-pedagógico a operacionalização do planejamento escolar, em um movimento constante de reflexão-ação-reflexão⁶⁴. (BETINI, 2005)

⁶³ CASTRO, Mary Garcia. **Marcas de gênero na escola sexualidade e violências/discriminações representações de alunos e professores**. USP- São Paulo. 2003.

⁶⁴ BETINI, Geraldo Antônio. *In: A construção do Projeto Político-pedagógico da escola*. EDUC@ção - Rev. Ped. - UNIPINHAL – Esp. Sto. do Pinhal – SP, v. 01, n. 03, jan./dez. 2005. Disponível em: <http://www.unipinhal.edu.br/ojs/educacao/include/getdoc.php?id=158&article=48&mode=pdf> -> Acessado em: 07dez08

Como consequência, essa organização se mostra capaz de influenciar as concepções de novas gerações. Daí a necessidade de que essas concepções estejam explicitadas no PPP, trazendo entre seus pressupostos uma concepção política de educação e propondo uma intervenção político-pedagógica na organização do trabalho escolar, tanto no que se refere às relações de conveniência e gestão quanto à estrutura curricular e avaliação.

Sua meta é a formação para a cidadania, que vislumbra não somente sujeitos históricos, autores e atores do processo de construção de conhecimentos, como também uma sociedade e educação mais justas, autônomas e participativas no âmbito dos direitos humanos.

As escolas iniciam seu PPP com base na carta de princípios, de forma coletiva. Esse processo deverá ter três fases: diagnóstica, justificativa e teleológica – que se traduzem respectivamente nas seguintes etapas articuladas entre si – caracterizando no contexto escolar, avaliação e transformação deste.

O plano de metas contemplou as últimas etapas, que resultariam na reformulação do Regimento Escolar a partir do PPP construído. Cumpridas as etapas necessárias ao desencadeamento do trabalho, o processo utópico de democratização da escola continua em construção, através de estratégias articuladas que envolvem representantes de todas as unidades escolares.

Consideramos que, a qualidade da educação idealizada no Projeto Pedagógico da escola deve ser alvo de um maior acompanhamento das Superintendências Regionais de Educação (SRE), com a finalidade de avaliar as unidades, quanto ao cumprimento do planejamento anual, das instalações, do grau de satisfação dos alunos e funcionários e da qualidade de vida proporcionada no espaço escolar.

É necessário entender também a importância do Projeto Político-Pedagógico na dinâmica do cotidiano escolar e suas implicações na relação do ensino aprendizagem e da formação continuada. O PPP pode ser entendido como materialização da concepção de educação e dos procedimentos adotados para a sua concretização, sendo fruto de uma reflexão coletiva a cerca da realidade a partir de subsídio teórico, está apto a sustentar a prática educativa, sabidamente complexa, globalizante, conflituosa e específica.

Nesse contexto a formação continuada deve fazer parte de um projeto pedagógico de todas as redes educacionais, haja vista ser a educação um processo contínuo e dialético.

Um dos critérios para se ter uma boa educação é ter um corpo docente qualificado e valorizado. Uma das formas de valorização do profissional é a qualificação sem, contudo dispensar as condições de trabalho e a melhoria do próprio espaço físico. De acordo com Denise Trento Rebello de Souza,

*Um projeto de melhoria da qualidade do ensino não pode sustentar-se basicamente em políticas de formação continuada de professores. Essa é uma estratégia equivocada, que restringe e simplifica a compreensão do trabalho escolar. Não desconsiderar nem subestimar a importância das condições concretas de trabalho sob as quais os professores realizam sua prática docente, em escolas concretas, portanto com condições variadas, são aspectos lembrados por vários autores. Também propõem que nos voltemos para as complexas relações interpessoais que dão existência concreta à escola em termos de reprodução, contradição, conflito ou transformação social. Alertam, ademais, para a importância de se conhecer melhor a cultura escolar e a cultura docente, além de se enfrentar a burocracia, os entraves administrativos bem como repensar a formação inicial, a carreira docente e as políticas salariais.*⁶⁵

A escola deve ser o foco das mudanças. É a instituição que deve se adequar para receber os alunos. Como nos ensina MENUHIN, “[a] responsabilidade é a responsabilidade dos mais fortes, dos mais ricos, dos mais influentes. Os direitos são os direitos dos mais fracos”.⁶⁶

Logo uma escola que tenha professores capacitados através dos projetos de formação continuada, deve também possuir um espaço e recursos didáticos que possibilitem o exercício de sua tarefa como mediador, no processo de formação, diz AZANHA:

A entidade a ser objeto de atuação de uma política de melhoria do ensino é a escola. Nem se alegue que uma política de aperfeiçoamento que alcançasse todos os docentes teria êxito na melhoria da qualidade do ensino. Uma escola não é apenas um conjunto de professores. Uma escola é uma entidade social

⁶⁵ SOUZA, Denise Trento Rebello de. **Formação continuada de professores e fracasso escolar**: problematizando o argumento da incompetência. Educ. Pesquisa. vol.32 n.3, São Paulo, 2006..Disponível em: <http://www.scielo.php?pid=S151797022006000300004&script=sci_arttext&lng=en>. Acessado em: 25 nov08

⁶⁶ MENUHIN, Yehudi. Debate entre Elie Wiesel, Yehudi Menuhin e Jorge Semprun. In: **A intolerância**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 213.

*que não é mera reunião de indivíduos com diferentes papéis. [...] A questão da qualidade do ensino é, pois, uma questão institucional. São as escolas que precisam ser melhoradas. Sem este esforço institucional, o aperfeiçoamento isolado docente não garante que essa eventual melhoria do professor encontre na prática as condições propícias para uma melhoria do ensino.*⁶⁷

Os professores devem sempre estar sensíveis a esse rico universo tão marcado pelas diferenças e, também, pelas semelhanças. A partir da complexidade da sala de aula, é possível, então compreender melhor a própria complexidade dos homens e do mundo. É nesse universo que professores alunos, pais e responsáveis convivem todos os dias. Por isso, ele deve ser objeto constante de nossa renovada atenção, porque ele, assim como o mundo e as nossas maneira de viver, também está em permanente transformação.

Não basta gastar muito tempo em sala de aula para gerar conhecimento formativo, pois a experiência deve submeter o indivíduo a autocrítica, a análise, ao questionamento, ao olhar do outro; isto é, à reflexão que proporciona uma compreensão mais profunda de nossa prática pedagógica. A reflexão ativa a memória e ajuda a comparar nossa experiência presente com a passada; a contrastá-la com a de outros professores; e a revisar a mudar nossas práticas – porque a reflexão é também experiência. Segundo LIMA, a formação continuada mais sólida e frutífera é a que se aprende a partir da reflexão sobre as práticas inovadoras; aquela que obriga a modificar as propostas originárias sobre as concepções de ensino e aprendizagem, em que a vivencia; e que, por fim, comporta uma mudança pessoal, ideológica, dialética e profissional.

A escola deve proporcionar aos educadores, condições para uma formação continuada adaptada às demandas e necessidades formativas dos ciclos de vida profissional de cada docente e da dinâmica e projetos inovadores de cada escola. Este deve converter-se no principal foco de atenção como o lugar no qual pode ser articular a teoria com a pratica para provocar a mudança. Essa formação é um direito e, portanto, devem estabelecer-se tempos e oportunidades para desenvolvê-la em tempo letivo e não letivo;

⁶⁷ AZANHA, J. M. P. **Uma idéia de pesquisa educacional**. São Paulo. Tese (Livre-docência), Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo. 1990. Disponível em: http://www.scielo.php?pid=S151797022006000300004&script=sci_arttex&tlng=en. Acessado em: 29 nov08.

destinar-lhe um turno inteiro deixando a turma à responsabilidade de substituto, é uma boa recomendação⁶⁸.

Algumas questões sobre o ensino de história

Qual o valor que a sociedade atribui à educação e quais? Ou seja, o significado e os problemas atuais da função docente só podem equacionar-se com exatidão situando-os no processo de transformação do sistema educativo nas últimas décadas.

As transformações sociais e do sistema educativo nas últimas décadas tem obrigado os professores a repensarem as concepções e os objetivos das disciplinas. Nesse sentido, o professor de história também tem se perguntado sobre a sua função na sociedade atualmente.

Depois de uma série de reformulações curriculares, o ensino de história passou a ter uma abordagem mais ligada às questões sociais, culturais e do cotidiano. Assim, o ensino de história se voltou à formação de alunos mais críticos em relação ao meio em que vivem e de seus deveres e direitos como cidadãos. A elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) veio consolidar essa abordagem no campo da história. Diante das novas diretrizes, o professor precisa, não apenas ter disponível materiais didáticos criativos, mas também programar, propor e orientar ações e situações pedagógicas nas quais os discentes possam dialogar com os colegas, identificar semelhanças e diferenças entre si, respeitar as particularidades individuais, realizar tarefas coletivas visando resultados importantes a todos, entre outras. É preciso também, que o material didático apresente atividades que proporcione ao aluno ouvir colegas e argumentar para fundamentar o que pensa. Ouvir o outro e contrapor pontos de vista são habilidades fundamentais à formação do cidadão, principalmente a troca de idéias.

⁶⁸ ALTENFELDER, Anna Helena. *In: Desafios e tendências em formação continuada*. Constr. psicopedag. vol.13 no.10 São Paulo 2005. *apud*: LIMA, Maria Socorro Lucena 2001. p. 32.). Disponível em: http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-69542005000100004&lng=en&nrm=>. Acessado em: 21nov08.

Ao produzir conhecimento, é importante que o professor se perceba integrante de uma cultura que desempenha um papel histórico. É importante ainda, que se torne um cidadão consciente e questionador, sendo capaz de identificar alguns problema e apontar soluções.

O papel do professor como mediador na construção do conhecimento e da identidade dos discentes não é tarefa fácil, pois o aluno chega à escola com um repertório muito diversificado e fragmentado. Mas se o professor é um bom mediador poderá dar unidade e validade ao repertório dos alunos e enriquecê-lo com o conhecimento específico de área. Isso significa discutir as proposta antes de seu início, deixando claro como será a dinâmica, os limites de tempo, a responsabilidade, o compromisso e a ética. As discussões devem permitir aos alunos a prática da argumentação fundamentada, da avaliação do ponto de vista dos colegas, visando o aprendizado da tolerância em relação às opiniões diversificadas.

Para atuar em favor da constituição das identidades e de uma postura ética na formação das crianças e jovens, o grande desafio é o de conseguir promover uma educação que propicie o exercício da autonomia do educando. O trabalho de toda a comunidade escolar deve contribuir também para tornar o educando um cidadão que luta por ideais de justiça.

Ao reconhecer que o ser humano está inserido em um contexto de relações sociais no qual a desigualdade é mantida, a tomada de consciência da opressão é importante justamente para orientar na direção de novas formas de ação pedagógica. Isso porque a escola se constitui como elemento de continuidade, mas também de ruptura, na medida em que aí é possível problematizar a realidade e trabalhar as contradições sociais, fator interveniente para a alimentação da intolerância.

Daí a importância não só do papel do professor, mas de todos os envolvidos na educação, para que utopia do equilíbrio no que se refere à tolerância se aproxime da realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizar esse trabalho de pesquisa tive algumas oportunidades que considero como o maior ganho em aprendizado de minha graduação: a oportunidade de refletir sobre questões delicadas e profundas do ser humano, a partir de leituras e interpretações variadas sobre o conceito de intolerância, um sentimento muito presente nas relações humanas.

Não sei dizer ao certo se alcancei as respostas para minhas indagações iniciais, para minha curiosidade científica inicial. Mas, de todo modo, farei constar nas linhas seguintes uma mostra daquilo que de mais importante consegui investigar e concluir durante minha pesquisa.

É necessário que estejamos todos atentos e atuantes para que as autoridades na área da educação efetivem as políticas necessárias para proporcionar espaço físico, logística adequada e capacitação do corpo docente e dos demais auxiliares das escolas, pois a escola deve estar preparada para receber os alunos como seus principais atores.

Devemos entender as ações intolerantes dos alunos não apenas os responsabilizando individualmente, mais procurando relacioná-las com a sociedade e com as situações de violência e muitas vezes de abandono a que estas crianças e jovens estão submetidos. É do lado deles que devemos ficar para dar-lhes o suporte necessário à superação das dificuldades que trazem consigo de suas casas ou das ruas. Weisel nos ensina que para combater a intolerância, nossa *“primeira providência é posicionar-se do lado das vítimas da intolerância”*.⁶⁹ É preciso que se tome partido dessa luta contra a intolerância, aliando-se ao mais fraco, ao excluído, ao humilhado, às minorias, enfim.

De fato a humilhação é um mal que é utilizado pelo intolerante, pelo violento e pelo que odeia. Não podemos esquecer que segundo Weisel, que *“a violência é também a linguagem da intolerância, que gera o ódio”*.⁷⁰ Sendo o ódio ascendente à intolerância, também ele se manifesta com a utilização dos mesmos mecanismos, submetendo o Outro à humilhação, a exclusão para depois destruí-lo.

⁶⁹ WEISEL, Elie. Debate entre Elie Wiesel, Yehudi Menuhin e Jorge Semprun, In: **A Intolerância**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 212.

⁷⁰ WEISEL, Elie. Introdução. In: **A Intolerância**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 7.

Não se pode, entretanto, dar à intolerância uma característica universalizada, tampouco planificada em seu nível mais alto que seria o ódio. Existem manifestações de intolerância que são toleráveis.

A intolerância pode ter graus mais elevados como o não gostar do outro. Não gostar por motivos que para o tolerante, podem parecer frívolos, porém devemos considerar que para o intolerante, existe sempre um motivo razoável para sua atitude. Não gosto dele porque ele tem um celular de última geração e eu não tenho; porque ele mora no bairro Saraiva e eu no bairro Lagoinha; eu não tenho um carro porque ele tem dois carros.

Esse tipo de intolerância pode ter duas origens que em certo momento poderão ser cumulativas. Primeiro pode ser advinda de uma anomia, resultado da ausência de uma autoridade familiar que impusesse limites à criança e posteriormente ao adolescente, fazendo com que ela pudesse reagir de forma positiva às frustrações, sem perder auto-estima, mostrando-lhe que nem tudo é possível, que as pessoas são diferentes e que devemos conviver e respeitar essas diferenças. Segundo, está na alimentação de uma necessidade produzida pela propaganda, que nivela todos os seres humanos, dando a eles a ilusão de que são iguais independentemente da condição social, econômica ou política.

Dáí a necessidade da educação ser direcionada para o respeito às diferenças. A instituição família parece não dar mais conta da socialização necessária para que a criança ao atingir idade escolar esteja preparada para um nível maior de socialização. Não podemos, entretanto, esperar que a família retome sua função social para depois prosseguirmos na educação escolar.

As respostas, ao tratarmos de intolerância não estão prontas, são inúmeras. Infinitos também são os caminhos a ser descobertos e trilhados na busca incessante da tolerância, que exige uma permanente educação dos adultos. É necessário, entretanto, que estejamos vigilantes em relação à intolerância. Ela não é definitivamente uma peculiaridade do mais fraco, do mais pobre, mas estes, aliados à desestruturação familiar, também não deixam de ser fatores intervenientes e que se tornam, com a ausência do Estado, um campo fértil para a disseminação da intolerância e da violência.

É necessário que o Estado esteja presente nos locais que apresentam maiores incidências e índices de crimes violentos, seja através de segurança pública, seja através de programas como o de Controle de Homicídios, conhecido como “Fica Vivo”.

Destinado a atender os bairros com maiores índices de homicídios, este Programa começou a ser desenvolvido em Belo Horizonte/MG, nas favelas Morro das Pedras (2004) e Pedreira Prado Lopes (2005), tendo alcançado não somente uma significativa redução de homicídios, mas também um envolvimento da comunidade local na busca de paz social naquele ambiente.

O grande diferencial do “Fica Vivo”, é a participação de integrantes da comunidade local no seu desenvolvimento. Aos menores de idade em situação de risco, são oferecidas vagas em oficinas de arte, esporte, informática e música, dentre outros, sendo que os responsáveis pelas oficinas são pessoas que vivem o cotidiano local e que conhece e sabe como ter acesso a esses menores.

Em Uberlândia, o “Fica Vivo” foi implantado nos bairros Morumbi e Canaã, em conjunto com o GEPAR (Grupo Especializado em Patrulhamento em área de Risco) onde funcionam desde 2007, tendo também apresentado resultados formidáveis quanto à contenção dos crimes de homicídio e quanto a participação de jovens nas oficinas.

Em que pese não se tratar de uma garantia de melhores condições futuras de vida aos menores que participam do Programa, não poderíamos deixar de conhecer e enaltecer as atitudes das pessoas que nele trabalham. Não podemos também encará-lo, numa visão simplista, como mero assistencialismo do Estado. Ainda que a iniciativa seja do Estado, a participação de membros da comunidade onde se desenvolve o Programa torna-o parte daquela. As pessoas se sentem responsáveis pelo sucesso do Programa e os jovens passam a acreditar e vislumbrar novas possibilidades.

O “Fica Vivo” ou qualquer outro Programa que tenha o mesmo objetivo é uma forma de resgatar algo que um dia foi o papel da família e da sociedade: o de cuidar das nossas crianças e adolescentes. Cuidar no sentido mais amplo do termo, ou seja: alimentar, educar, dar oportunidade de lazer, cuidar.

Acredito, depois desta pesquisa, que o caminho mais certo para que se possa reduzir e manter em níveis toleráveis as manifestações de intolerância no espaço escolar reside numa atuação conjunta de pais, alunos e escola, numa incessante busca de interação e socialização entre si, como forma de respeitar o Outro com suas diferenças, de maneira consciente, aprendendo assim, a cada dia, ser tolerante com os outros e consigo mesmo.

REFERÊNCIAS

FONTES

LEI FEDERAL Nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. BRASIL. **Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional (LDB)**. Sancionada por Fernando Henrique Cardoso, Presidente da República. Publicada no D.O.U de 23/12/1996..

LEI MUNICIPAL Nº 8403 de 29 de Agosto de 2003. **Delimita e denomina de Bairro Lagoinha a área urbana que especifica**. Autores: Vereadores Sebastião Caetano, Alírio Graça e José Humberto. Sancionada pelo Prefeito Municipal Zaire Rezende.

LIVRO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIAS DA ESCOLA ESTADUAL FELISBERTO ALVES CAREJO. 2000.

REGIMENTO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL FELISBERTO ALVES CARREJO, 2008, p. 89-91.

BIBLIOGRAFIA

ALTENFELDER, Anna Helena. *In: Desafios e tendências em formação continuada*. Constr. psicopedag. vol.13 no.10 São Paulo 2005. *apud*: LIMA, Maria Socorro Lucena 2001. p. 32.). Disponível em: http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-69542005000100004&lng=en&nrm=>. Acessado em: 21nov08.

ARIES, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LTC. 1981.

AZANHA, J. M. P. **Uma idéia de pesquisa educacional**. São Paulo. Tese (Livre-docência) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo. 1990. Acessado em: 29 nov. 08.
Disponível em: <http://www.scielo.php?pid=S151797022006000300004&script=sci_arttext&lng=en>

BAUMAM, Zygmunt, Comunidade: **A busca por segurança no mundo atual**, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, Ed. 2003.

BETINI, Geraldo Antônio. *In: A construção do Projeto Político-pedagógico da escola*. EDUC@ção - Rev. Ped. - UNIPINHAL – Esp. Sto. do Pinhal – SP, v. 01, n. 03, jan./dez. 2005. Acessado em: 07dez08. Disponível em: <<http://www.unipinhal.edu.br/ojs/educacao/include/getdoc.php?id=158&article=48&mode=pdf>> ->.

CANDAU, V. M. Formação continuada de professores: tendências atuais.in: REALI, A. M. M. R.; MIZUKAMI, M. G. N. (orgs.). **Formação de professores: tendências atuais**. São Carlos: EDUFSCAR, 1996. Acessado em: 29nov08
Disponível em: <http://www.scielo.php?pid=S151797022006000300004&script=sci_arttex&tlng=en>.

CARBONELL, Jayme; Trad. MURAD, Fátima. **Aventura de Inovar**. Porto Alegre: Art. Méd. 2002.

CARDOSO, Clodoaldo Meneguello. Tolerância e seus limites: um olhar latino-americano sobre diversidade e desigualdade. *In: Tolerância e seus limites*. São Paulo, UNESP. 2003

CASTRO, Mary Garcia. **Marcas de gênero na escola sexualidade e violências/discriminações representações de alunos e professores**. USP São Paulo. 2003.

DORNELES, Márcia Mattos. **Hanseníase e a Política de Saúde em Uberlândia**. Dissertação (Mestrado em Geografia) Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia. 2005.

ECO Umberto. Definições Léxicas in: **A intolerância**: Foro Internacional sobre a Intolerância. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. *In: Uma Trajetória Filosófica*: Para além do estruturalismo e da hermenêutica. Forense Universitária, 1996.

_____. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes. 1977.

FREYRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos, São Paulo, UNESP, 2000.

GALENO, Eduardo. **As palavras andantes**. Porto Alegre: S & PM, 1984.

HÉRITIER, Françoise. O eu, o Outro e a intolerância. *In: A intolerância*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

LIBÂNIO, João Batista. **Ideologia e cidadania**. São Paulo, Moderna, 1995.

MARIA, Tereza Gómez Masdevall, POKEWITZ (org). **Propostas de Intervenção na sala de aula**. Ed. Madras, 1997.

MENUHIN, Yehudi. Debate entre Elie Wiesel, Yehudi Menuhin e Jorge Semprun. *In: A intolerância*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

MOURA, G. O. Direito à Diferença. *In: MUNANGA, K. (org). Superando o racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**, 2ª ed. São Paulo: Ática, 1988.

RICOEUR, Paul. Etapa atual do pensamento sobre a Intolerância. In: **Intolerância**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. Campinas-SP: Ed Autores Associados, 1999.

SOUZA, Ricardo Timm de. A questão do Outro na Filosofia da Libertação. **Momento**, Rio Grande, Fundação Universidade do Rio Grande, v. 8, p. 103-8, 1995.

SOUZA, Denise Trento Rebello de. **Formação continuada de professores e fracasso escolar: problematizando o argumento da incompetência**. Educ. Pesquisa. vol.32 no.3, São Paulo [2006]. Acessado em: 25nov08. Disponível em: <http://www.scielo.php?pid=S151797022006000300004&script=sciarttex&lng=en>.

UBERLÂNDIA. Portal da Prefeitura Municipal de Uberlândia. Disponível em: [www.uberlandia.mg.gov.br/cidade/historia/primeiros posseamentos do município](http://www.uberlandia.mg.gov.br/cidade/historia/primeiros_posseamentos_do_municipio). Acessado em: 16nov08.

_____. Disponível em: http://www3.uberlandia.mg.gov.br/midia/documentos/planejamento_urbano/pop_sul_2007.xls. Acessado em: 18set08.

VALLE, Lilian. **A Escola e a Nação**: as origens do projeto pedagógico brasileiro. São Paulo, Letras e Artes, 1997.

WEISEL, Elie. Prefácio. In: **A Intolerância**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. Debate entre Elie Wiesel, Yehudi Menuhin e Jorge Semprun. In: **A Intolerância**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

WIKIPEDIA. **Intolerância**. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Especial:Busca?Search=intoelrancia/&fulltext=pesquisa> . Acessado em 12mar08.